



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41

**ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA Nº 001/2018  
DO FÓRUM DO COMBATE À CORRUPÇÃO  
E LAVAGEM DE DINHEIRO NO ESTADO DE  
SÃO PAULO/FOCCO-SP, REALIZADA EM  
22 DE MARÇO DE 2018.**

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2018, nesta cidade de São Paulo/SP, na sede da Ouvidoria Geral do Estado de São Paulo, localizada na Rua Voluntários da Pátria, 596, foi realizada às 15H, a Reunião Plenária nº 001/2018 do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo – FOCCO-SP, sob a coordenação do Secretário Executivo, Dr. Gustavo Ungaro, Ouvidor Geral do Estado de São Paulo, e com a presença de Eunice Prudente, e Manuella Ramalho, da Ouvidoria Geral do Estado; Guilherme Mendes, João Tonnera Junior, Carlos Eduardo de Oliveira, Rodrigo Morello Alves, e Otavio Henrique Simão e Cucinelli, da Controladoria Geral do Município de São Paulo; Ivan Francisco Pereira Agostinho e Lawrence Tanikawa, da Corregedoria Geral da Administração; Fábio de Carvalho Hansen, e Pedro Alexandre, do Ministério de Transparência e Controladoria Geral da União; Rochelle Pastana Ribeiro Pasiani, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras; Marcus Vinicius Vannucchi, e Nelson Yassuhiro Taniguchi, da Secretaria da Fazenda Estadual; Daniel Costa Junior, da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo; José Wellington Bezerra da Costa Neto, da Corregedoria Regional Eleitoral; Paula Jane Rossetto Pelissari, e Celso Jesus Mogioni, da Junta Comercial do Estado de São Paulo; Sergio de Castro Junior, do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo; Aline Jurca Zavaglia Vicente Alves, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Clovis Vidal Poletto, e Marcela Pricolli da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil; Araceli Ribeiro dos Santos Freitas, Elder Luis Bernardinelli, e Márcio D'Angelo, da Polícia Militar do Estado de São Paulo; Wellington Viturino de Oliveira, da Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região; Thiago Oliveira de Matos, e Alessandro Rodrigues Junqueira, da Procuradoria Geral do Estado; Makarius Sepetauskas, e Renato Pinheiro Ferreira, da Procuradoria Geral do Município de São Paulo; Fernando Massatoshi Ariyoshi, da Receita Federal do Brasil; Renato da Cruz, da Secretária da Administração Penitenciária; Hamilton Caputo Delfino Silva, da Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo do Tribunal de Contas da União; Ana Lucia de Paula Cintra, da Coordenadora da Assessoria-Técnico Policial da Secretaria de Segurança Pública; Adriano Roque Pontes Helena, Erik Draganov Santos, Monica Chinelato de Menezes Bezerra, e Bibiana Helena Freitas Camargo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Adriano Barbosa, e Rubens Ramos, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. **Ausentes os representantes** da Advocacia Geral da União, Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN/SP, Federação Brasileira de Bancos, Ministério da



42 Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União – CGU, Ministério Público  
43 Federal, Polícia Civil do Estado de São Paulo, Polícia Técnico-Científica do Estado de  
44 São Paulo, Secretaria Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça do Estado de São  
45 Paulo, Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **Abertura:** dando início a sessão, o  
46 Secretário Executivo agradeceu a presença de todos na 1ª Reunião Plenária do  
47 FOCCO-SP no ano de 2018 e que seria apresentado o panorama das ações, em que  
48 cada coordenador terá a oportunidade de falar de forma sucinta sobre as atividades  
49 desenvolvidas. Comunicados gerais: após a transferência da Secretaria-Executiva do  
50 Tribunal de Contas do Estado para a Ouvidoria geral, foi criado um novo e-mail, pelo  
51 qual foi solicitada a atualização dos contatos no FOCCO-SP, e também foi criada uma  
52 aba no site da Ouvidoria Geral para o acompanhamento das atividades. O Secretário  
53 Executivo informou também sobre a indicação de representante do Tribunal Regional  
54 Eleitoral para participação nas atividades do Fórum. E trouxe dois pontos para  
55 deliberação. Primeiro ponto foi a respeito da participação do Prêmio INNOVARE com  
56 a inscrição do WebDenúncia Corrupção, demonstrando a importância do prêmio e do  
57 reconhecimento de ações inovadoras no combate à corrupção, com a possibilidade  
58 de replicar em outros Fóruns estaduais. **Deliberação:** os presentes deliberaram sobre  
59 a participação no prêmio e posto em votação, foi APROVADO pelo colegiado. O  
60 segundo ponto para deliberação foi sobre a possibilidade de ações mais incisivas,  
61 podendo ser iniciada com o acompanhamento das denúncias realizadas pelo  
62 WebDenúncia Corrupção, por meio de um grupo de trabalho, em que possa realizar  
63 uma força-tarefa anticorrupção interinstitucional para análise das denúncias em  
64 situações mais relevantes e compartilhamento de informações entre os órgãos. O  
65 trabalho poderia começar com a análise do acervo de denúncias que nós temos no  
66 sistema. Dr. Alessandro Junqueira (PGE), como coordenador da 4ª ação, disse  
67 acredita que esta deliberação vai ao encontro com o que discutido no âmbito da ação,  
68 inclusive após a publicação da Lei nº 13.608/2018 que versa sobre o serviço  
69 telefônico de recebimento de denúncia. Esta análise pode colaborar para a  
70 regulamentação da lei no Estado. O secretário executivo também chamou atenção  
71 para a divulgação pela Transparência Internacional do novo índice de corrupção em  
72 que o Brasil abaixou um pouco mais o índice, pois a percepção de corrupção  
73 aumentou no nosso país nessa última avaliação. **Deliberação:** a sugestão de análise  
74 pela 4ª ação foi deliberada pelos presentes, e APROVADO pelo colegiado.  
75 **Apresentação:** Dra. Manuella Ramalho (OGE) apresentou a nova aba do FOCCO-SP  
76 no site da Ouvidoria Geral do Estado, dando destaque ao link em que se mantinha o  
77 histórico das Secretarias Executivas anteriores e os documentos importantes da  
78 criação do Fórum. **Relatório das ações: 1ª ação** – Implantação da Lei Anticorrupção:  
79 o coordenador Dr. Ivan Agostinho (CGA) informou que devido a saída do responsável  
80 da ação nos quadros da CGA, não conseguiu ainda substituto na PGE para que  
81 pudesse dar melhor andamento a ação que sempre teve uma frequência e entrega de



82 resultados. E espera ter melhor encaminhamento na próxima reunião. **2ª ação** -  
83 Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro: a  
84 coordenadora Dra. Bibiana Camargo (TCE) relatou que a reunião da ação ainda não  
85 foi convocada justamente porque aguardavam a primeira reunião plenária do Fórum.  
86 A ideia foi que se marque a reunião para o dia 12 de abril às 15 horas no Tribunal de  
87 Contas do Estado. Ela informou que irá encaminhar o e-mail para todos os órgãos  
88 solicitando a permanência ou não dos indicados. Também fez um panorama do ano  
89 anterior onde tiveram alguns eventos em conjunto com a 1ª ação tanto na capital  
90 como no interior. Foram feitos eventos em Araraquara e em São Paulo sobre a  
91 aplicação da lei anticorrupção dos Municípios e no total foram 1972 (mil novecentos e  
92 setenta e duas) pessoas participando ao longo do ano e 176 acessos remotos de  
93 eventos que foram realizados em São Paulo. Disse também que a ação ficou muito  
94 focada no público externo, principalmente direcionados aos municípios. Para este  
95 ano, irá sugerir na reunião que o foco seja na capacitação dos nossos servidores.  
96 Como foi dito pelo colega procurador do Estado citou alguns temas de como  
97 denunciar, e também trazer experiências internacionais para reflexão dos nossos  
98 servidores. Bibiana queria deixar o apoio para as outras ações em eventuais temas de  
99 interesse para capacitação interna. O Secretário-Executivo quis agradecer a ótima  
100 transição entre Secretarias executivas para as continuidades aqui das nossas ações.  
101 **3ª ação** - acompanhamento da implementação do programa de compliance da Junta  
102 Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP): o coordenador Dr. Celso Mogioni  
103 (JUCESP) relatou que o que estava sendo feito na Junta Comercial no que toca ao  
104 programa interno de controle da corrupção, informando que neste ano houve vários  
105 avanços com a criação da distribuição eletrônica de constituições e alterações de  
106 empresa que tem análise singular. Isso acabou com alterações erradas no meio do  
107 processo pois saber quem foi designado fica mais difícil, por não se saber para quem  
108 o processo será distribuído, ficando complicado um acordo prévio acordo para fazer  
109 uma alteração. Também estão buscando a integração de sistemas e no dia treze de  
110 março houve um encontro que foi coordenado pela Dra. Karen Kahn com servidores  
111 da Receita Federal para a criação de instrumentos para evitar a utilização desses  
112 dados para atos de corrupção. Dra. Rochele Pasiani (COAF) parabenizou a ação e  
113 explicou que não podem estar presentes nas plenárias porque nós estão em Brasília  
114 mas estão sempre disponíveis para auxiliá-los. Com relação à 2ª ação permanecem à  
115 disposição para treinamentos e quis chamar atenção é para o outro ponto do FOCCO  
116 que é lavagem de dinheiro. Se pudessem também desenvolver algumas ações  
117 voltadas a lavagem de dinheiro e não só a corrupção, mas também do crime  
118 organizado, pois entende que é um aspecto bem forte aqui em São Paulo, e  
119 permanecem disponíveis em relação a ação da JUCESP, podendo auxiliar em ser  
120 uma unidade centralizada para receber não só comunicações suspeitas da Junta  
121 Comercial mas outras informações de outras entidades. Antes de passar para a 4ª



122 ação, o Secretário Executivo deu as boas vindas ao Dr. José Wellington que é juiz da  
123 corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral. Dra. Aline Alves (MPE), coordenadora da  
124 **6ª ação** – fomentar medidas de combate à corrupção no âmbito eleitoral - se  
125 antecipou e, em seguida, informou a proposta do Ministério Público para as entidades  
126 de combate à corrupção no Estado iniciarem por uma campanha publicitária pro  
127 período eleitoral, desenvolvendo uma cartilha que pudesse ser veiculada por todos os  
128 órgãos nas suas redes esclarecendo “o que é a corrupção?”, “quais são as suas  
129 interfaces?”, “o que pode e o que não pode?”, “o que a lei permite?” no âmbito  
130 eleitoral. A intenção é debater com todos os órgãos sobre a possibilidade de  
131 regulação conjunta como uma contribuição desse tema importante. O melhor  
132 encaminhamento seria que enviar para todos os integrantes o material que já existe  
133 para eventuais sugestões e acréscimos. **Deliberação:** APROVADA a deliberação que  
134 o Ministério Público enviará a minuta da cartilha para a Secretaria Executiva e esta  
135 fará o encaminhamento para os integrantes do Fórum, com o prazo de 30 dias par  
136 fazer as contribuições. Dr. Ivan Agostinho (CGA) também colocou a disposição do  
137 Fórum um material de condutas vedadas em ano eleitoral para agentes públicos. Dr.  
138 Guilherme Mendes (CGM) também colocou à disposição uma cartilha que a  
139 Controladoria produziu com foco nos servidores públicos municipais, mas parece que  
140 o foco do MPE seria toda a sociedade. Estes materiais poderiam ser compartilhados  
141 com o Ministério Público e com o TRE. Dr. José Wellington (TRE) se apresentou e  
142 agradeceu a oportunidade de participar relatando que seria uma preocupação da  
143 corregedoria eleitoral o problema da propaganda eleitoral na internet, inclusive um  
144 dos propósitos tinha sido a elaboração de uma cartilha com alguns apontamentos de  
145 forma bem simples voltados para a sociedade no sentido de proteger contra as *fake*  
146 *news*. Ou pelo menos critérios mais ou menos seguros de identificação de *fake*  
147 *News*, sendo importante incluir as informações. **4ª ação** - fomento aos serviços de  
148 inteligência, investigação e atuação interinstitucional no combate à corrupção e à  
149 sonegação fiscal: o coordenador Dr. Alessandro Junqueira (PGE) iniciou o relato  
150 informando que no ano passado foram feitas nove reuniões mensais que foram  
151 bastante produtivas com média de 15 a 20 órgãos. Também no curso do ano passado  
152 tiveram apresentações de casos de sucesso de alguns órgãos colaboradores. Para  
153 esse ano, pensaram em uma atuação mais pró-ativa dos colaboradores e fazer uma  
154 cooperação interinstitucional entre os integrantes do Fórum e trazer para justamente  
155 compartilhar quais foram as dificuldades, quais foram as vezes de determinado caso  
156 concreto. O cronograma anual será repetido do ano passado com nove reuniões na  
157 última quarta-feira de cada mês. E para aumentar a produção de caso concreto  
158 justamente dentro do propósito da secretaria executiva poderia haver o intercâmbio  
159 de informação e pode até compartilhar pela secretaria executiva as análises. A  
160 Ouvidoria Geral do Estado pode preparar um relatório do WebDenúncia corrupção  
161 com o registro sintético das denúncias efetuadas ao longo destes anos. São mais de





162 700 denúncias e a ação poderia analisar e também, dentro dessa busca por casos  
163 concretos relevantes, agregar parceiros. **5ª ação** - fomentar a articulação  
164 interinstitucional como forma de compartilhar as bases de dados entre as instituições  
165 participantes: o coordenador Dr. Rubens Ramos (TCM) relatou que tem no ano  
166 anterior foi encaminhado para a Controladoria Geral do Município a inclusão de um  
167 capítulo específico em uma minuta de decreto municipal que trata sobre a Política  
168 Municipal de Transparência e Dados Abertos e que no momento se encontra para  
169 análise jurídica da Secretaria de Governo municipal, sendo um dos produtos o  
170 compartilhamento da cerca de 500 bases de dados que tem no Município de São  
171 Paulo em mais de 40 formatos diferentes. A ideia seria que dentro dessa política  
172 transparente os próprios órgãos municipais possam compartilhar esses dados. O  
173 mesmo objetivo no momento é na área estadual. Na nossa última reunião no dia 5 de  
174 março conversamos com a Dra. Sandra Marinho (CGA) e Dr. Alessandro Junqueira  
175 (PGE) com a ideia de montar um subgrupo, como foi feito o ano passado, para  
176 elaborar uma minuta de decreto estadual sobre compartilhamento de dados das mais  
177 diferentes esferas. Essa é a ideia de produto para esse ano, inclusive a Dra. Sandra  
178 Marinho (CGA) nos encaminhou a minuta de convite para a Secretaria de Assuntos  
179 Estratégicos, Junta Comercial, Detran, Polícia Civil, Secretaria da Fazenda, DTI e  
180 PRODESP para compor este subgrupo. E estamos também analisando a questão do  
181 sigilo, que está sempre envolvido em todas as ações. As reuniões são normalmente  
182 na primeira segunda-feira de cada mês, e iremos retomar a apresentação de sistemas  
183 de interesse, como o SISPATRI da CGM, o Catálogo Municipal de Bases de Dados, o  
184 Planeja Sampa, o Fotocrim da Polícia Militar. **Ação 7** - aprimorar os mecanismos para  
185 recuperação de ativos: Dr. Alessandro Junqueira (PGE) passou a palavra para o outro  
186 coordenador Dr. Wellington (PGFN) que relatou que essa ação que é bem  
187 pretensiosa em querer aprimorar as ferramentas de recuperação de ativos que em  
188 particular está tratando com os órgãos de persecução patrimonial de modo geral.  
189 Tiveram uma reunião em fevereiro comparecer PGE, PGFN, PGM e a Procuradoria-  
190 Geral Federal onde tentou já delimitar o escopo dessa ação. Estabeleceram  
191 inicialmente cinco produtos para serem atingidos até o fim desse ano sendo certo que  
192 algum desses produtos possam ter como resultado final ações integradas e  
193 coordenadas. Para ilustrar algum produto querem identificar bancos de dados de  
194 informação de bens indisponíveis em ações de improbidade ou demais mecanismos  
195 judiciais ou extrajudiciais em disponibilização de patrimônio e assim conseguir ventilar  
196 oportunidades de construção e recuperação de ativos. Também querem desvendar  
197 como que se dão as ações de desapropriação e as situações de levantamento de  
198 valores ou recebimento de título da dívida pública em favor dos desapropriados.  
199 Pretendem também enfrentar as questões relacionadas a recuperação judicial e a sua  
200 distorção no tocante a blindagem patrimonial. Querem também trocar informações  
201 acerca de grupos econômicos já reconhecidos pelas fazendas públicas dessa



202 maneira favorecer uma atuação mais efetiva de cada órgão. E por fim querem  
203 estabelecer um roteiro de rastreamento patrimonial, onde uma vez identificada  
204 tipologias utilizam o trabalho de análise daquele ente que esteja atuando nessa  
205 circunstância. Também gostariam de desenvolver ações de capacitação, com alguns  
206 temas que seriam relevantes e que querem ter aproximação com pessoas que  
207 conhecem profundamente o assunto para ministrar palestras e realizar exposições  
208 esclarecedoras. Entendem que pode contribuir com a ação também aqueles que  
209 possuam a base de dados ou tenha interesse em ações de investigação. Próxima  
210 reunião já marcada para o dia 28 e quem se interessarem serão bem-vindos, inclusive  
211 o COAF por meio de vídeo conferência. **8ª ação** - judicialização e combate à fraude  
212 no âmbito da saúde pública: Dr. Ivan Agostinho (CGA) apresentou o coordenador Dr.  
213 Lawrence Tanikawa (CGA) que trabalha na da setorial saúde da CGA. Dr. Lawrence  
214 explicou que na última plenária o objeto da ação expandiu para fraude em aquisição  
215 de medicamentos, fraudes em utilização de equipamentos, fraudes em geral  
216 envolvendo os acúmulos regulares de cargo, envolvendo as aquisições em licitações  
217 ou aquisições diretas, fraudes em judicialização e todos os outros componentes das  
218 investigações que tem na setorial saúde que tem por volta de 400 feitos em  
219 andamento. Farão a primeira reunião agora com os membros que se inscreveram  
220 como colaboradores e convidam outros colaboradores. As ideias que tiveram para  
221 esse primeiro momento seria por intermédio dos Conselhos Municipais de Saúde, que  
222 são integrados a Secretaria Estadual de Saúde, trazer eventos de esclarecimento  
223 para os funcionários que trabalham na saúde a respeito de fraudes em questão de  
224 ponto, de acúmulos irregulares e também para equipe de aquisição quem trabalha  
225 com as licitações, com pregões eletrônicos, com as licitações internacionais e as  
226 aquisições diretas emergenciais. Também aproximar os envolvidos em investigação  
227 seja em controle interno ou externo, e ter acesso aos sistemas do COSEMS para  
228 poder utilizar nessas investigações. Em um segundo momento, dividir a atividade em  
229 um foco educacional, com palestras e eventos de capacitação junto com a Secretaria  
230 de Estado da Saúde de como evitar que as corporações e os particulares criem  
231 situações que obriguem o Estado a fazer uma demanda ou fazer um determinado tipo  
232 de aquisição sem que seja aquela mais correta. O foco é o repressivo, de combate à  
233 fraude à parte criminal. Houve uma ação conjunta com o GAECO/MP em Bauru e o  
234 objetivo seria ter outros casos para ação conjunta com Polícia Militar, Polícia Civil,  
235 Ministério Público. E reiterou o convite aos demais integrantes participarem da ação.  
236 E informou que há integração com a ação na ENCCLA sobre fraude em convênios  
237 com OS e OSCIP. **Considerações finais:** o Secretário Executivo parabenizou a todos  
238 pelas ações em andamento e a produção institucional coletiva. E, após  
239 entendimentos, ficou estabelecido que a **2ª Reunião Plenária será no dia 24 de**  
240 **maio de 2018 às 15H na Controladoria Geral do Município de São Paulo.** E  
241 conforme a menção inicial, o desembargador Waldir Nuevo Campos, corregedor-geral



242 do Tribunal Regional Eleitoral, havia falado com o Secretário Executivo sobre a  
243 participação do Tribunal Regional Eleitoral no FOCCO-SP. Havendo interesse em  
244 integrar formalmente este fórum, será bem-vindo. E explicou que o procedimento para  
245 adesão se dá mediante ofício do representante da instituição pública interessada em  
246 participar dirigido a Secretaria Executiva, e na reunião subsequente esse pedido de  
247 adesão para participação formal é compartilhada com o colegiado para sua  
248 deliberação. Agradecida a presença de todos deu-se por encerrada a Reunião  
249 Plenária nº 001/2018. E para constar, eu, Manuella Soares Ramalho, Executivo  
250 Público da Ouvidoria Geral do Estado de São Paulo, \_\_\_\_\_, lavrei a presente  
251 ata, que sai assinada pelo Secretário Executivo do FOCCO-SP.

252

253

254

255

256

257

258

259

**GUSTAVO GONÇALVES UNGARO**  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FOCCO-SP